

Magnífica Reitora da Universidade do Algarve
Professora Doutora Alexandra Teodósio
Reitoria da Universidade do Algarve
Campus de Gambelas
8005-139 Faro

Data: Montijo, 17 de junho de 2026

Assunto: Eliminação da carne de vaca da oferta alimentar da Universidade do Algarve

Estimada Reitora,

A Associação Portuguesa dos Industriais de Carnes (APIC), enquanto entidade representativa do setor da indústria de carnes em Portugal, vem, pela presente, manifestar a sua posição institucional relativamente à campanha «*O Futuro Começa no Prato*», anunciada por Vossa Excelência através do comunicado oficial publicado a 11 de junho de 2026, e em particular relativamente à medida de eliminação integral da carne de vaca da oferta alimentar da Universidade do Algarve já no próximo ano lectivo.

Reconhecemos e partilhamos a preocupação que motiva esta iniciativa. A promoção de hábitos alimentares equilibrados, a saúde pública, a sustentabilidade ambiental dos sistemas alimentares e a responsabilidade educativa das instituições de ensino superior são objetivos com os quais o nosso setor — e a APIC enquanto sua associação representativa — se identifica plenamente. A indústria de carnes em Portugal está vinculada ao quadro regulamentar europeu mais exigente do mundo em matéria de bem-estar animal, segurança alimentar, ambiente e descarbonização, e tem vindo a investir, de forma documentada, em práticas de produção progressivamente mais sustentáveis.

É precisamente em nome desses objetivos comuns que somos obrigados, contudo, a manifestar preocupação fundamentada com a fundamentação técnica e científica em que a decisão da Universidade do Algarve assenta, bem como com o instrumento escolhido, a *eliminação* integral, em lugar da diversificação ou da promoção informada. Permita-nos, com a serenidade e o rigor que o tema exige, expor os pontos que merecem reconsideração.

1. A imprecisão dos valores ambientais invocados

O comunicado da Universidade do Algarve afirma que a produção de carne de vaca «*pode emitir mais de 50 quilos de CO₂ equivalente por quilo de alimento*». Este valor não é representativo da produção bovina europeia nem nacional. Os estudos de referência conduzidos pelo Joint Research Centre da Comissão Europeia, através do modelo CAPRI^[1], apuram emissões líquidas médias da carne de vaca na União Europeia entre **21 e 28 kg CO₂-equivalente por quilo**. Os estudos europeus de ciclo de vida publicados em revistas com revisão por pares apontam para um valor médio de **22,6 kg CO₂-eq/kg**^[2]. A iniciativa europeia voluntária *LIFE BEEF CARBON*^[3], que envolve mais de 2 172 explorações em quatro países produtores (Irlanda, Espanha, Itália, França), confirma estes valores e está, ela própria, vinculada a uma meta de redução adicional de 15% num período de dez anos.

O valor de 50 kg/kg invocado pela Universidade do Algarve corresponde, na literatura científica, a sistemas extensivos pastoris com ciclos de engorda muito longos, tipicamente associados a contextos tropicais ou ultra-extensivos, e que não são representativos da produção europeia, e ainda menos da portuguesa. A sua apresentação como «*o valor*» das emissões da carne de vaca constitui uma imprecisão técnica relevante, especialmente quando feita por uma instituição académica e dirigida à comunidade estudantil em contexto pedagógico.

Acresce que o comunicado afirma que os sistemas alimentares representam «*cerca de 26% a 34% das emissões globais de gases com efeito de estufa*». Este valor reporta-se à totalidade da cadeia alimentar — produção primária, processamento, retalho, transporte refrigerado,

restauração, gestão de resíduos e perdas alimentares — e não à criação animal especificamente. A criação animal representa, segundo a FAO, cerca de 14,5% das emissões globais, com a carne bovina a constituir uma fração dessa parcela. Utilizar um número macro para justificar uma intervenção setorial específica é um erro de escala que enfraquece a fundamentação da medida.

2. A equivalência nutricional invocada não corresponde à evidência científica

O comunicado afirma que os alimentos azuis (peixes pelágicos, bivalves, algas) fornecem «*nutrientes essenciais, como proteína de elevada qualidade, vitamina D, vitamina B12 e ferro, habitualmente associados ao consumo de carne de vaca*». Esta equivalência, tal como formulada, é cientificamente parcial e merece ser corrigida no contexto educativo em que é apresentada.

O ferro presente na carne bovina é **ferro hemínico**, com biodisponibilidade de **20 a 30%** segundo a literatura nutricional consolidada ^[4]. O ferro não-hemínico, presente em alimentos de origem vegetal e em alguns produtos marinhos, apresenta biodisponibilidade muito inferior (5 a 10%). Esta diferença não é apenas quantitativa: é fisiologicamente determinante para o estado de ferro de populações com necessidades acrescidas, designadamente **mulheres em idade reprodutiva e jovens** — grupos amplamente representados na população universitária da UAlg.

A vitamina B12 ocorre naturalmente apenas em alimentos de origem animal. Carne bovina, laticínios, ovos, peixe e bivalves fornecem B12, mas em concentrações e formas de absorção distintas. A creatina e a carnosina, presentes em concentração assinalável nos músculos de mamíferos e relevantes para a função cognitiva e muscular, são quase ausentes em alimentos de origem marinha. Uma perspectiva científica recente publicada em *Frontiers in Nutrition* ^[5] alerta especificamente para o risco de iniciativas institucionais de remoção da carne vermelha conduzirem a «*consequências não-intencionais, particularmente quanto à ingestão de nutrientes essenciais para certas populações*».

A diversificação alimentar é um princípio nutricional sólido. A *substituição* integral de uma fonte alimentar densa em micronutrientes por outras com perfis diferentes não é, contudo, equivalente do ponto de vista nutricional, e exige cautelas educativas que o comunicado da Universidade não apresenta.

3. A medida contradiz a Dieta Mediterrânica oficial portuguesa

O comunicado da Universidade do Algarve afirma que a campanha está alinhada com «*os princípios gerais da Dieta Mediterrânica*». Esta afirmação é factualmente incorreta e merece ser esclarecida com base nas fontes oficiais.

A Dieta Mediterrânica foi declarada pela UNESCO, em 2013, **Património Cultural Imaterial da Humanidade**, com Portugal entre os países proponentes. A Roda da Alimentação Mediterrânica, produzida pela Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto e validada pela Direção-Geral da Saúde (DGS) e pelo Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS) ^[6], inclui **explicitamente** as carnes vermelhas, incluindo a carne de vaca, no grupo «carne, pescado e ovos», recomendando **baixa frequência de consumo**, e não a sua eliminação.

A Associação Portuguesa de Nutricionistas, em referência directa ao padrão alimentar mediterrânico oficial, afirma ^[7]: «Relativamente às carnes vermelhas (p. ex.: vaca, porco, carneiro) e aos produtos de charcutaria é recomendada uma *baixa frequência de consumo*». A medida da Universidade do Algarve, eliminação integral da carne de vaca da oferta alimentar, não está alinhada com a Dieta Mediterrânica oficial portuguesa, contradizendo-a ao substituir uma recomendação de moderação por uma proibição de fato.

4. A invocação do relatório EAT-Lancet omite a controvérsia científica

O comunicado invoca, como autoridade científica, o relatório recente da *EAT-Lancet Commission on healthy, sustainable, and just food systems*. A APIC reconhece o mérito do esforço de síntese da Comissão. Cumpre, porém, registar que tanto a primeira edição (2019) como a atualização (2025) deste relatório têm sido objeto de **crítica científica substancial em publicações académicas com revisão por pares**, incluindo análises publicadas no próprio Lancet Group ^[8]. As críticas documentam, entre outros pontos: falta de reprodutibilidade metodológica, viés em favor de países de alto rendimento, insuficiente consideração de questões de acessibilidade económica, e potencial de «consequências não-intencionais para a saúde» decorrentes da dieta proposta, em particular em populações vulneráveis.

A apresentação do relatório EAT-Lancet como «*evidência científica*» sem qualificação omite esta heterogeneidade, e induz a comunidade académica e estudantil da Universidade do Algarve a uma leitura mais consensual da literatura do que aquela que efetivamente existe.

5. Sobre o instrumento escolhido e a ausência de diálogo prévio

A campanha apresenta-se publicamente como uma iniciativa de «*sensibilização*» e de promoção de «*escolhas alimentares mais conscientes, equilibradas e responsáveis*». Há, contudo, uma contradição interna entre este propósito e o instrumento adotado: **a eliminação remove a escolha**. Os membros da comunidade académica — estudantes, docentes, investigadores, trabalhadores não-docentes — deixam, na prática, de poder optar pela carne de vaca nos espaços alimentares dos campi. O que é apresentado como educação alimentar transforma-se em restrição alimentar.

Acresce que a APIC, enquanto entidade representativa do setor, não foi contactada nem consultada, nem foi, tanto quanto nos é dado a conhecer, ouvido qualquer interlocutor representativo do setor pecuário, dos produtores regionais do Algarve e do Alentejo, ou das raças autóctones em conservação genética. Numa instituição académica que se afirma comprometida com o pluralismo metodológico, a sustentabilidade e a justiça social, a ausência de consulta prévia a atores legítimos do sistema alimentar é uma omissão que merece ser corrigida.

Recordamos ainda que o setor da carne em Portugal não é uma entidade abstrata. É composto por explorações familiares no Alentejo e em todo o território nacional, por matadouros, por indústrias de transformação, por empresas familiares de salsicharia e charcutaria, por raças autóctones em conservação activa (Mertolengo, Alentejana, Maronesa, entre outras), e por dezenas de milhares de postos de trabalho na cadeia. A justiça social que Vossa Excelência invoca legitimamente nos seus comunicados aplica-se, também, a estes trabalhadores, produtores e empresários, cuja atividade é objeto, na campanha da UAlg, de um juízo público que não tiveram oportunidade de contestar.

6. Pedido e oferta de diálogo

À luz do que antecede, e em espírito de colaboração institucional construtiva, a APIC vem **respeitosamente solicitar** a Vossa Excelência:

- (i) A **reconsideração da medida** de eliminação integral da carne de vaca da oferta alimentar da Universidade do Algarve, em favor de um modelo de *moderação informada* alinhado com a Roda da Alimentação Mediterrânica e com as recomendações oficiais da Direção-Geral da Saúde;
- (ii) A **correção pública dos valores ambientais e das equivalências nutricionais** apresentados no comunicado oficial e nos materiais educativos da campanha, de modo a refletir com rigor a evidência científica europeia e nacional;
- (iii) A **abertura de um espaço de diálogo institucional** entre a Reitoria da Universidade do Algarve e a APIC, no qual o setor possa apresentar, de forma documentada, a realidade ambiental e nutricional da produção pecuária portuguesa, os esforços europeus de descarbonização em curso, e propostas concretas de colaboração pedagógica.

A APIC manifesta, desde já, a sua **total disponibilidade** para colaborar com a Universidade do Algarve em iniciativas conjuntas de promoção de hábitos alimentares saudáveis, equilibrados e culturalmente enraizados na tradição mediterrânica portuguesa, incluindo a participação em

seminários, a disponibilização de dados setoriais atualizados, e a co-produção de materiais educativos que reflitam, com rigor, a complexidade dos sistemas alimentares em vigor.

A indústria de carnes portuguesa não é adversária da sustentabilidade nem da saúde pública. É, ao invés, um interlocutor disposto a contribuir, com seriedade técnica e responsabilidade institucional, para um sistema alimentar nacional progressivamente mais sustentável e mais justo. Esse contributo, contudo, só pode ser dado em condições de *respeito mútuo* e de *pluralismo informacional*, condições que, com o devido respeito, a atual campanha da UAlg não tem assegurado.

Permanecemos ao dispor de Vossa Excelência para qualquer esclarecimento adicional, agradecendo desde já a atenção dispensada à matéria desta comunicação.

Encontramo-nos ao vosso dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais.

A Diretora Executiva
Graça Mariano

Referências

- [1] Leip, A. et al. (2010). Greenhouse gas emissions from the EU livestock sector: A life cycle assessment carried out with the CAPRI model. Joint Research Centre, Comissão Europeia. Emissões líquidas de carne de vaca na UE: 21–28 kg CO₂-eq/kg. <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0167880911004415>
- [2] Lesschen, J. P. et al. (2011). Greenhouse gas emission profiles of European livestock sectors. Wageningen University. Valor médio europeu para carne bovina: 22,6 kg CO₂-eq/kg. <https://edepot.wur.nl/192052>
- [3] LIFE BEEF CARBON – Iniciativa europeia voluntária para redução do impacto de carbono em 2 172 explorações de bovinos em Irlanda, Espanha, Itália e França. <https://www.lifebeefcarbon.eu/>
- [4] Pereira, P. M. C. C. & Vicente, A. F. R. B. (2013). Meat nutritional composition and nutritive role in the human diet. Meat Science, 93(3), 586–592. Biodisponibilidade do ferro hemínico: 20–30%; ferro não-hemínico: 5–10%.
- [5] Wallace, T. C. et al. (2025). Considering the nutritional benefits and health implications of red meat in the era of meatless initiatives. Frontiers in Nutrition, 12: 1525011. <https://www.frontiersin.org/journals/nutrition/articles/10.3389/fnut.2025.1525011/full>
- [6] Direção-Geral da Saúde / Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável (PNPAS). Roda da Alimentação Mediterrânica. <https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/roda-dos-alimentos-mediterranica/>
- [7] Associação Portuguesa de Nutricionistas. Dieta Mediterrânica – definição e padrão de consumo. <https://www.apn.org.pt/vOD000F/dieta-mediterranica>
- [8] Brassard, D. et al. (2023). How the EAT-Lancet Commission on food in the Anthropocene influenced discourse and research on food systems: a systematic review covering the first 2 years post-publication. The Lancet Global Health. [https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X\(23\)00212-7/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/langlo/article/PIIS2214-109X(23)00212-7/fulltext)

Cópias remetidas para conhecimento (c.c.): Ministério da Agricultura e Alimentação; Ministério do Ensino Superior, Ciência e Inovação; Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV); Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP).